

Moratória, pouco eficaz para aumentar reservas

O saldo da moratória brasileira está sendo tímido. O Brasil deverá chegar ao final deste ano com o mesmo nível de reservas que dispunha em dezembro de 1986 — em torno de US\$ 4,5 bilhões. Não serviu, sequer, para recuperar as divisas perdidas no segundo semestre do ano passado para suprir o abastecimento interno. Com isso, o principal mérito da moratória decretada em fevereiro passado foi de abrir caminho para as negociações com os credores estrangeiros.

A constatação é do professor da Fundação Getúlio Vargas-RJ, economista Paulo Nogueira Batista Júnior, ex-assessor para a dívida externa do Ministério da Fazenda. A expectativa, no momento da sua decretação, era de um resultado bem melhor para o caixa brasileiro. O erro, na sua opinião, foi não se ter estendido a medida, logo no início, aos bancos de fomento estatais, que integram o Clube de Paris. Ele defendeu essa tese na ocasião, informou. Mas os demais setores do governo acreditavam que deveria ser dado um crédito de confiança aos membros do Clube de Paris, pois um mês antes haviam-se comprometido a abrir novas linhas de financiamento ao Brasil, o que acabou não ocorrendo.

Ao fazer algumas contas, durante a sessão de lançamento da edição de outubro da *Carta de Conjuntura*, do Conselho Regional de Economia, Batista Júnior concluiu que, com a

moratória, o Brasil deixou de remeter ao Exterior US\$ 2,8 bilhões, de um total de US\$ 4,5 bilhões que deveria pagar ao longo do ano aos bancos privados. Perdeu, entretanto, algo em torno de US\$ 1,65 bilhão, em consequência do acréscimo sofrido nas taxas de juros sobre os financiamentos de curto prazo e da perda do financiamento prometido pelo Banco Mundial para o setor elétrico.

Para Robert Appy, jornalista de *O Estado*, que participou do debate promovido na sede do Conselho Regional de Economia, a moratória não teve utilidade nem mesmo como instrumento de negociação da dívida externa. Ele acha que o Brasil só voltará a participar da comunidade financeira internacional se respeitar as regras do jogo. Batista Júnior discorda, mas acha que dificilmente o Brasil obterá um acordo com seus credores antes do final de março, ou seja, com o término da Constituinte. Até lá, recomenda, não se deve abrir mão do espaço já obtido, nem adotar qualquer medida precipitada, como o pagamento simbólico dos juros.

O professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, Paul Singer, acha que o desgaste permanente a que as nações "pobres" são submetidas só poderá ser superada através de uma solução única para o Terceiro Mundo. Se os credores se uniram, nada impede, para ele, que os devedores também se unam e busquem uma solução conjunta.